

# NAS CORRENTEZAS DA URBANIZAÇÃO: TRADIÇÃO E RELIGIOSIDADE NEGRA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

*Maria Ivanice de Andrade Viegas<sup>1</sup>*

*Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Básica e Profissional, Núcleo de Geografia, Belo Horizonte, MG, Brasil.*

**Resumo:** Este trabalho busca analisar como a religiosidade popular negra fundamenta e manifesta modos de ser e pertencer, constituindo uma territorialidade étnica na realidade urbana, a partir da Comunidade Quilombola dos Arturos, localizada em Minas Gerais. A análise é centrada nos sentidos que organizam a vida comunitária desse grupo, produzidos entre a realidade urbana contemporânea e a realidade mítica de suas tradições, o que caracteriza uma cultura híbrida e de fronteira por meio da qual imperam o tempo secular, de duração temporal linear e progressiva, vinculado ao cotidiano estabelecido pela vida urbana moderna; e o tempo sagrado, cadenciado em uma lógica cíclica e repetitiva, entranhado na vida cotidiana por meio das celebrações inscritas na tradição.

**Palavras-Chave:** Urbanização; Cidade; Quilombolas; Religiosidade; Congado.

## IN THE CURRENTS OF URBANIZATION: TRADITION AND BLACK RELIGIOSITY IN THE CONTEMPORARY CITY

**Abstract:** This work seeks to analyze how black popular religiosity underpins and manifests ways of being and belonging, constituting an ethnic territoriality in the urban reality, based on the Quilombola Community of Arturos, located in Minas Gerais. The analysis focuses on the meanings that organize the community life of this group, produced between contemporary urban reality and the mythical reality of their traditions. This characterizes a hybrid and frontier culture where secular time prevails, with a linear and progressive temporal duration, linked to the daily life established by modern urban life; and sacred

---

<sup>1</sup> Minicurrículo: É professora do Núcleo de Geografia do Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Geografia, com mestrado e doutorado em Geografia (Organização do Espaço) pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC-UFMG). Pós-doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE-UFMG). Chefia o Setor de Formação Docente do CP/UFMG e é coordenadora do Programa Imersão Docente do CP/UFMG.

E-mail: [ivaniceandrade@ufmg.br](mailto:ivaniceandrade@ufmg.br) | ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-6795-2063>

time, cadenced in a cyclical and repetitive logic, entrenched in daily life through the celebrations inscribed in tradition.

**Keywords:** Urbanization; City; Quilombolas; Religiosity; Congado.

### **EN LAS CORRIENTES DE LA URBANIZACIÓN: TRADICIÓN Y RELIGIOSIDAD NEGRA EN LA CIUDAD CONTEMPORÁNEA**

**Resumen:** Este trabajo busca analizar cómo la religiosidad popular negra sustenta y manifiesta formas de ser y pertenecer, constituyendo una territorialidad étnica en la realidad urbana, a partir de la Comunidad Quilombola de Arturos, localizada en Minas Gerais. El análisis se centra en los significados que organizan la vida comunitaria de este grupo, producidos entre la realidad urbana contemporánea y la realidad mítica de sus tradiciones. Se caracteriza así una cultura híbrida y fronteriza en la que impera el tiempo secular, con una duración temporal lineal y progresiva, vinculada a la vida cotidiana establecida por la vida urbana moderna; y el tiempo sagrado, cadenciado en una lógica cíclica y repetitiva, afianzado en la vida cotidiana por medio de las celebraciones inscritas en la tradición.

**Palabras clave:** Urbanización; Ciudad; Quilombolas; Religiosidad; Congado.

### **DANS LES COURANTS DE L'URBANISATION: TRADITION ET RELIGIOSITÉ NOIRE DANS LA VILLE CONTEMPORAINE**

**Résumé:** Ce travail vise à analyser la manière dont la religiosité populaire noire sous-tend et manifeste les modes d'être et d'appartenance, constituant une territorialité ethnique dans la réalité urbaine, en se basant sur la communauté Quilombola d'Arturos, située dans le Minas Gerais. L'analyse se concentre sur les significations qui organisent la vie communautaire de ce groupe, produites entre la réalité urbaine contemporaine et la réalité mythique de leurs traditions. Cela caractérise une culture hybride et frontalière dans laquelle règnent le temps séculier, avec une durée temporelle linéaire et progressive, liée à la vie quotidienne établie par la vie urbaine moderne, et le temps sacré, cadencé dans une logique cyclique et répétitive, enraciné dans la vie quotidienne à travers les célébrations inscrites dans la tradition.

**Mots-clés:** Urbanisation; Ville; Quilombolas; Religiosité; Congado.

## **INTRODUÇÃO**

A urbanização contemporânea foi um processo transformador da cidade histórica. Metamorfosadas em grandes núcleos urbanos, muitas dessas cidades foram reorganizadas a partir de uma racionalidade que

redefiniu os usos do tempo e do espaço nos marcos da reprodução capitalista da riqueza, gerando muitas contradições. A partir desse contexto, as dificuldades da fruição da cidade com sentidos diversos do que veio a se estabelecer como um *modelo de vida urbana*, tem trazido muitos desafios para as comunidades tradicionais, notadamente as negras, a construírem um caminho de (re)existência na perpetuação de suas tradições.

A Comunidade Quilombola dos Arturos, originada a partir da união de Arthur Camilo e sua esposa D. Carmelinda, casados em 1917, se insere nesse contexto. Nascido no final do século XIX, Arthur Camilo – o primeiro patriarca da Comunidade dos Arturos – alcançou os últimos lances da escravidão no Brasil beneficiando-se, inclusive, da Lei do Ventre Livre de 1871. Desse modo, os descendentes de Arthur, denominados Arturos, acompanharam, pela vivência direta ou de modo indireto através dos legados herdados, importantes processos que configuraram a realidade moderna brasileira. Dentre esses processos estão a transição da escravidão para o trabalho livre, as transformações campo-cidade no contexto da urbanização, bem como os impactos sobre o uso do tempo e espaço que tal processo desencadeou.

Atualmente, os Arturos se encontram na quinta geração, totalizando cerca de quinhentos membros, cuja maioria vive na sede da Comunidade, no bairro Jardim Vera Cruz, no município de Contagem, em Minas Gerais. Essa área, de aproximadamente 6,5 hectares é uma propriedade particular, herança deixada aos seus descendentes por Arthur Camilo, que a adquiriu no contexto pós-abolicionista.

Na espacialidade do município de Contagem, principal área industrial da região metropolitana de Belo Horizonte, os Arturos delinearão territórios, estabeleceram usos, promoveram apropriações, deixando marcas, grafando histórias e, construindo uma forte experiência urbana centradas na fé e na tradição. Estes territórios “são expressões espaciais que *geografam* as relações raciais e essas relações têm formas diversas de se expressar na sociedade no mundo todo” (NOGUEIRA, 2000, p.159).

Praticantes do Congado, a partir dessa manifestação da religiosidade popular negra, os Arturos fundamentam modos de ser e pertencer, sacralizando

os usos do tempo e do espaço, na formação de uma territorialidade étnica. Através de rituais sincréticos organizados em torno da fé em santos católicos transfigurados em divindades africanas, eles celebram e dramatizam suas histórias e a de seus ancestrais através de práticas socioespaciais que definem em grande medida sua forma de viver a cidade contemporânea. Suas práticas e legados são reconhecidos e protegidos como patrimônio cultural imaterial pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG)<sup>2</sup>.

A *Festa artura* se constitui de vários momentos rituais em uma exteriorização da fé e rememoração do mito fundador. Compõem-se de vários eventos ao longo do ano, formando um calendário ritual ligado ao Congado e outras celebrações que remetem à diáspora africana e seus desdobramentos, como a *Festa da Abolição*, além de outras celebrações, como a *Folia de Reis* e o rito agrário denominado *Festa do João do Mato*. Tais celebrações possuem abrangência diversificada, podendo ocorrer no interior da propriedade da Comunidade ou fora dela. Ocorrem, assim, dois tipos de festividades: as externas, com cortejo pelas ruas do município de Contagem, e as internas, que transcorrem nos limites da propriedade.

Os significados dos elementos que constituem a Festa remetem-na à condição de mediação e canal de comunicação intersubjetiva de conteúdos culturais, sociais, políticos e econômicos. Através do legado das memórias ancestrais imbricadas às vivências cotidianas, bem como da releitura dos processos da modernidade pelas lentes da tradição, no momento da Festa, os *Arturos* constroem um discurso híbrido na voz dos narradores-personagens,

---

<sup>2</sup> O Congado, em linhas gerais, pode ser tomado como uma manifestação da cultura popular afro-luso-brasileira em um processo de reelaboração da cultura religiosa de pessoas negras, a partir do modelo religioso de pessoas brancas, com a retomada de rituais africanos, adaptados no culto à Jesus e santos católicos. Embora possua particularidades locais, a simbologia e o sentido dado ao ritual do Congado tem origem no mito fundador reproduzido de geração em geração sobre o aparecimento da imagem de Nossa Senhora à beira da água, que passou a ser cultuada por pessoas escravizadas. Os participantes se organizam em pequenos grupos denominados Ternos, Bandas ou Guardas e através de cerimônias rituais de fé e devoção, dramatizam solenemente, percorrendo as ruas das cidades, episódios vividos no contexto da escravidão. Essa prática envolve a realização de novenas, levantamento de mastros e bandeiras, procissões, cortejos solenes, coroações de reis e rainhas, cumprimento de promessas, cantos, danças, banquetes coletivos onde os praticantes celebram seus antepassados e santos de sua devoção.

que permite o trânsito de uma extremidade temporal a outra. É instaurado o tempo cíclico no próprio movimento da ordem cotidiana da vida moderna. Essa inserção do novo por meio da repetição confere à prática ritual centralidade na constituição da identidade *artura*.

No domínio da Festa, determinadas continuidades são perpetuadas historicamente, pois, ela se constitui em um eixo que articula as diversas temporalidades vivenciadas pela Comunidade, ao mesmo tempo em que se estabelece como momento e espaço da recriação simbólica e afirmação de identidades. A Festa *artura* se constitui, portanto, num mo(vi)mento de síntese para Comunidade, por meio da qual a memória ancestral imbricada aos conteúdos da própria urbanização contemporânea indica a produção de outros conteúdos e finalidades para a metropolização contemporânea para além dos definidos nos marcos do modo de produção capitalista da cidade.

Fundamentados nas continuidades históricas presentes em suas práticas, os *Arturos* criaram laços de identidade e enraizamento, fortalecendo o sentido de coletividade. Por meio dos embates e diálogos entre o passado e o presente, os saberes tradicionais e os produzidos pela modernidade, nos convidam a pensar as grandes cidades contemporâneas a partir de outras perspectivas: a daqueles que (re)existem às mais variadas dificuldades impostas pela vida moderna, buscando perpetuar neste território as suas tradições.

Nesse sentido, este trabalho busca analisar, a partir da Comunidade Quilombola dos *Arturos*, como a religiosidade popular negra fundamenta e manifesta modos de ser e pertencer, constituindo uma territorialidade étnica na realidade urbana contemporânea. Perpassando pelo surgimento de Contagem/MG como um município e inscrevendo nele a Comunidade, serão abordados aspectos da modernidade brasileira que impactaram os modos de vida local, como o fim do escravismo, a transição campo-cidade e a metropolização contemporânea.

## **A ASCENSÃO DA PROBLEMÁTICA URBANA**

“Escuta-se a cidade como se fosse uma música tanto quanto se a lê como se fosse uma escrita discursiva” (LEFEBVRE, 2001, p. 57). Obra da história e dos processos por ela engendrados, antes de ser atravessada pela industrialização, a cidade foi lugar da apropriação e da superabundância do centro. Império do uso e do valor de uso, foi portadora de sentidos e abrigou conteúdos que a (re)criavam continuamente como *obra*, cadenciando uma vida cotidiana que chegou a consignar uma *arte de viver*. Como coloca Lefebvre (2001), a cidade “só tinha sentido como obra, como fim, como lugar de livre fruição, como domínio do valor de uso” (LEFEBVRE, 2001, p. 76).

A cidade, nessa perspectiva, é tomada como uma produção social articulada por relações sociais significativas que remetem à realização de usos e apropriações de um tempo e espaço específicos. Se, inicialmente, a cidade se desenvolve no seio de uma sociedade considerada como totalidade, compreendendo sua cultura, instituições, ética, valores, base econômica e relações sociais, no decurso da modernidade essa espacialidade passou por transformações de diversos níveis e escalas. A fim de atender às necessidades do mercado capitalista, que reordena continuamente as bases materiais da vida em prol da sua reprodução ampliada, a cidade teve os usos do tempo e do espaço metamorfoseados em seus sentidos e impregnados por outros conteúdos. De modo que, considerando um *continuum* que vai do momento-espacialidade constituído pela cidade histórica ao momento-espacialidade constituído pela metrópole contemporânea, existem processos que, enquanto permitem o surgimento desta, vão aniquilando ou metamorfoseando os conteúdos outrora presentes naquela.

Lefebvre (2008) considera que a racionalidade industrial não admite a cidade como momento e elemento. Ela a rebaixa à condição de instrumento e dispositivo, apoderando-se dela e modificando-a segundo suas exigências. Através da industrialização, a cidade foi acumulando estruturas produtivas e produzindo a fluidez necessária à rápida movimentação do capital. Iniciou, assim, um processo de crescimento a partir de um gradual processo de esvaziamento dos centros históricos e do alargamento de suas periferias e subúrbios. Na concepção *lefebvrina*, a nova forma da reprodução social que

sucedeu esse momento foi acompanhada de uma crise que reproduziu e aprofundou as contradições outrora existentes.

Nesse sentido, a *cidade industrial* é vista por Lefebvre (2004) como o meio mais favorável à constituição de um poder autoritário, no qual reinam a organização e a superorganização e em cujo âmbito se estabelece uma sociedade de massas, implicando violência e repressão permanentes sobre elas. David Harvey (2011) coloca que a urbanização concentra no espaço as forças produtivas, transformando populações dispersas e sistemas descentralizados de direitos de propriedade em imensas concentrações de poder político e econômico que se consolidam no aparelho legal e militar da nação-Estado. (HARVEY, 2011, p.41)

Com base nisso, pode-se afirmar que o processo de constituição das grandes cidades contemporâneas ocorre desarticulando formações pretéritas. Herdeiras da racionalidade que guiou a industrialização, estão sujeitas às interdições que a era industrial lhes impôs, dentre elas, a modulação do cotidiano submetido à racionalidade empresarial, que estende até os âmbitos mais finos e imediatos: a moradia, as relações, a vizinhança e os trajetos. Em nome da razão, da lei, da autoridade, da técnica, do Estado e da classe hegemônica, as grandes cidades entronizaram uma ordem geral que corresponde à lógica da mercadoria. E seguem perdendo os traços e características da obra, da apropriação, do uso e do valor de uso que definiam o emprego do tempo que um dia a cidade instituiu. Desse modo, no contexto da urbanização contemporânea, o espaço metropolitano “revela as múltiplas conexões dos sentidos atribuídos à espacialidade e incorpora sinteticamente a mudança e a permanência, o caos e a ordem” (HAESBAERT, 2002, p.88)

As desestruturações e reestruturações que se sucedem no tempo e no espaço das grandes cidades em seus diferentes momentos históricos são “sempre traduzidas para a prática, inscritas no prático-sensível, escritas no texto urbano.” (LEFEBVRE, 2001, p.55). Por isso, para Seabra (2011),

mesmo sendo o lugar por excelência da concentração e domínio das trocas de mercadorias e negócios há nela, residualmente, uma tessitura fina de acúmulos históricos guardados de outras épocas

como ambiências de vida que em confronto com a lógica geral do valor insistem em permanecer. (SEABRA, 2011, p.53)

A cidade antiga foi uma espacialidade paulatinamente arruinada ao longo da industrialização e urbanização da sociedade, revelando um mundo de imagens superpostas que se transfigura em um vertiginoso e contínuo jogo de impressões brevíssimas, um mundo sem espessura e com uma memória cada vez mais estreita. Considerando que a unidade significativa da cidade foi dilacerada internamente a partir de seu crescimento e de sua metamorfose, as fissuras daí decorrentes tornaram precárias muitas das experiências urbanas contemporâneas. Para Haesbaert (2002), há uma homogeneização cada vez maior dos espaços urbanos por meio de um constante rearranjo de valores, formas, funções e significados.

Apesar disso, a realização de usos e apropriações da cidade contemporânea centradas no valor de uso, cuja lógica confronta o projeto economicista e as transfigurações que este impôs nos sentidos e usos do tempo/espaço modernos se constitui em uma importante estratégia de realização do urbano. Nos espaços mais imediatos da vida, analisados neste trabalho a partir da incursão numa Comunidade negra, teremos uma reflexão nesse sentido.

## **URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO: O CASO BRASILEIRO**

Odetta Seabra (2003) coloca que, no Brasil Colônia, toda cidade era uma formação de tempos lentos e plena de estabilidades que se moviam sobre o primado de uma concepção clerical do mundo. Segundo ela, a colonização portuguesa proveu de conteúdos a história urbana pregressa através de uma prática político-econômica que permitiu à religião penetrar profundamente na vida social e nela estabelecer conexões. Assim, o catolicismo formou uma base religiosa capaz de traduzir-se como modo de ser e forneceu o cenário ritual para os momentos fundamentais da vida. A cidade concentrou o poder já que era sede do bispado, nível hierárquico da Igreja coordenador das práticas

levadas ao nível do vivido que totalizavam a existência do nascimento à morte. Era também o lugar da administração da *coisa pública* que também ia nascendo com a República. Além disso, era lugar de negociar e de convergência de todos os sujeitos sociais envolvidos nas relações e nos conteúdos que lhe davam existência. Nela, os homens de negócio eram também elite política e, por isso, na cidade esteve sempre concentrado o essencial da vida civil, política e religiosa.

Na perspectiva da autora, a cidade, originalmente, tem um centro que é, ao mesmo tempo, uma unidade simbólica e operativa para a comunidade cidadina. Embora a comunidade possa estar dispersa, e até mesmo a longa distância do centro, a cidade reúne uma centralidade que, por meio da relação cidade-bairro, estabelece uma valoração subjetiva que funda sentimentos de pertencer a um lugar.

Até o advento da indústria, o comando visível e invisível dos ritmos e sentidos vividos nessas áreas de cidades no Brasil vinha das práticas religiosas, inscritas no calendário santificado pela igreja católica. A igreja hegemônica no Brasil, Católica Apostólica Romana, adotou procedimentos de afirmação com o advento da República, procedimentos conhecidos por processo de romanização. Nos subterrâneos da ordem foi ficando o popular expurgado da igreja, que seria, em grande parte, tratado mais tarde como folclore. O catolicismo atuou como uma força monolítica na fase urbana do Brasil que antecedeu o advento da indústria. A passagem do sino das igrejas aos apitos das fábricas constituiu um capítulo quase não explorado. (SEABRA, 2000, p.74)

Assim, através de uma concepção geral de sociedade e de Estado levada a cabo, inicialmente, por uma burguesia industrialista, associada desde a origem a empresas de capital estrangeiro, a sociedade salta da condição de mercantil e escravista à condição de industrial e rentista.

Os espaços nacionais foram sendo redefinidos. Assim, cresceram as cidades, estabeleceram-se novos e incisivos recortes regionais que logo estavam sendo submetidos às lógicas reprodutivas de um capital de base nacional. Consequentemente, a concentração dos investimentos produziu seus efeitos em termos de processos socioespaciais, resultantes de determinações gerais do processo de reprodução do capital industrial. A concentração urbana, a formação das metrópoles nacionais, das vastas periferias estavam assim associadas ao esvaziamento do campo. Esse processo de

concentração industrial colocou, desde a origem, na ordem do dia, o problema do espaço. O Estado seria o gestor da urbanização. (SEABRA, 2000, p.73)

Nesse sentido, a industrialização impulsiona a urbanização gerando as grandes concentrações urbanas. Segundo Seabra (2000), a industrialização desencadeou uma redefinição estrutural e espacial do trabalho no Brasil, com enorme mobilidade do trabalho. Nas áreas de concentração de indústria, dentro das quais estava a conformação dos mercados de trabalho, foram se formando as periferias urbanas. O padrão periférico de crescimento, processo pelo qual áreas rurais foram sendo sucessivamente incorporadas à textura urbana, acabou formando um enorme tecido urbano sempre em expansão.

As aplicações produtivas do capital industrial com a técnica e racionalidade que lhe lastrearam, principalmente na segunda metade do século XX, alcançaram a vida social e seus ritmos de modo impactante. As transformações urbanas não se estancaram aí. No espaço, a técnica redefiniu a forma; na sociedade, mudou conteúdos: hábitos, valores e comportamentos, de modo que, na mesma medida em que as inovações técnicas repercutiam seriamente no nível da empresa, alcançavam o corpo social, alterando hábitos e costumes. O mundo foi sendo colonizado por objetos, produzindo a colonização do tempo e da vida na cotidianidade. O cotidiano tecnificado como modelo impôs-se para o alto e para o baixo, em todos os níveis da vida social.

## **AS METAMORFOSES DO ESPAÇO DE CONTAGEM**

De modo geral, pode-se afirmar que a (re)produção do espaço do município de Contagem/MG ocorreu a partir de três importantes processos: a atividade comercial no contexto da mineração, quando articulava importantes eixos de ligação da atividade mineradora a partir do século XVII; a atividade agrícola, ocorrida após a decadência da mineração no final do século XVIII; e a atividade industrial, principalmente, a partir dos anos de 1950, quando houve uma intensa urbanização do município alcançado pela metropolização de Belo Horizonte.

Apesar de não haver consenso geral sobre a origem da história de Contagem, para Bonada (2011), ela remonta ao século XVII, quando as primeiras bandeiras paulistas, e, principalmente, a de Fernão Dias, na busca de ouro e pedras preciosas, penetraram em território ainda desconhecido da colônia portuguesa, que futuramente viria a se chamar Minas Gerais.

Essas bandeiras criaram uma rota, que se tornaria, durante algum tempo, o caminho obrigatório entre a Capitania de São Paulo e a Serra do Espinhaço, local onde em suas margens foram descobertas as principais minas de ouro e onde, conseqüentemente, nasceriam as primeiras cidades mineiras (...). Pela necessidade de melhorar o abastecimento da região, assim como poder comunicar-se com outras regiões da Colônia, surgiram outras duas rotas, uma que comunicava com o Rio de Janeiro e outra com os sertões da Bahia, as quais viriam a facilitar a chegada para as Minas, de aventureiros, mercadorias, escravos e gado, etc. Essas três rotas se cruzavam nessa região conhecida como Abóboras. (BONADA, 2011, p.13)

Por ser um ponto de cruzamento entre três importantes rotas de circulação, essa área se tornou fundamental para a comercialização e distribuição de mercadorias, alimentos e bens destinados à zona mineradora. Assim,

a história da formação de Contagem está associada ao próprio desenvolvimento da Capitania de Minas Gerais, que começou a se constituir durante o final do século XVII e início do século XVIII. Durante esse período, a região das Minas passou a ser uma das mais importantes para o Império português, visto que o ouro proporcionou ao governo lusitano, entre outras coisas, uma estabilidade nas finanças, além de colocá-lo em importante posição no cenário mundial. (IEPHA-MG, 2014, p.48)

Com a divisão da Capitania de Minas em três Comarcas: a do Rio das Mortes, de Vila Rica e de Sabará, o povoamento da região se intensificou em função da exploração do ouro, intensificando também seu contrabando e extravio, o que demandou a instalação, pela Coroa Portuguesa, de diversos Registros pelos caminhos das Minas, tanto para cobrar os direitos das entradas das mercadorias, quanto para estabelecer maior controle e fiscalização local. Estes postos fiscalizavam e registravam o movimento de pessoas e mercadorias, cargas e tropas. Ali, os viajantes, mercadores de escravos e

tropeiros eram obrigados a parar e, como as viagens eram longas, tais postos serviam também como lugar de descanso.

No início do século XVII, nas terras da sesmaria do capitão João de Sousa Souto Maior, em um terreno conhecido como Sítio das Abóboras, foi instalado um desses postos de fiscalização, em cujas imediações surgiu um povoamento. Este era composto por ranchos e moradias de tropeiros, por pequenos comerciantes e por faiscadores que não tinham condições de explorar a extração de ouro nas zonas mais ricas (BONADA, 2011, p.13). Segundo o IEPHA-MG, foram localizados documentos comprovando que a movimentação nessa localidade durou pelo menos até 1757, constando nas anotações do Registro: gados, cavalos e potros; barras de ouro; ouro em pó, que serviam para ser trocados por dinheiro ou com guias para a casa de fundição de Sabará. Contudo, esse comércio era precário se comparado a outros postos fiscais. De modo que, o *Registro dos Abóboras*, “encerrou suas atividades em 1759 devido a sua pouca rentabilidade, e por não conseguir manter os contratos com o Estado português.” (IEPHA-MG, 2014, p.48)

O povoado que surgiu em torno do entreposto não se expandiu como núcleo urbano, atrofiando-se com seu fechamento. Dessa época, ainda é possível encontrar edificações remanescentes. A mais conhecida é a construção que abriga a Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem, na qual, a tradição oral associa como a casa que abrigou o Registro. A edificação foi sede de uma fazenda que ficava nas proximidades do Posto de Fiscalização da Coroa Portuguesa. Hoje é uma referência importante para os *Arturos* que ali realizam parte de seus rituais.

Antes mesmo do atrofiamento do entreposto, nas suas proximidades, em terras de domínio público, se desenvolvia outro povoado. Nele, havia sido erguida uma capela, em 1725, em devoção ao Santo Protetor dos viajantes: São Gonçalo do Amarante. Associado à proximidade do Posto de Fiscalização, esse local, mais tarde, se tornaria o Arraial de São Gonçalo de Contagem – uma homenagem ao santo e uma referência à contagem das cabeças de gado, de escravos e mercadorias para serem taxadas. Em 1854, esse Arraial foi elevado à categoria de paróquia, separando-se da paróquia do Curral Del-Rei.

Segundo o IEPHA-MG (2014), nesse período, a atividade econômica predominante era agropastoril, que vinha acompanhada de uma esfera social patriarcal, na qual as relações estabelecidas dispunham de mecanismos em que extensas famílias eram os principais agentes econômicos, políticos e sociais.

Conforme análise, os senhores de terras da região de Contagem, além da grande quantidade de fazendas, possuíam um volumoso número de escravos e escravas, como por exemplo, Antônio Victor da Silva Diniz, senhor local, que em 1871, possuía um grupo de 281 escravos. Um censo, realizado em São Gonçalo da Contagem, no ano de 1831, sob a supervisão de Manoel Alves de Brochado, Juiz de Paz da localidade, aponta que nesse período, a maioria da população era negra e mulata. Nos 328 fogos (residências) do Arraial havia 2.162 habitantes, sendo que 1.760 eram pretos e mulatos. No total, 1.410 eram livres e 752 cativos. Para com esses escravos, o senhorio estabeleceu diversas relações, inclusive as de compadrio e apadrinhamento, permeadas, muitas vezes, por interesses controladores. (IEPHA/MG, 2014, p.50)

Com a decadência da mineração, Contagem teve reforçada sua condição de cidade de porte pequeno vinculada a atividades rurais. E, apesar do crescimento impulsionado pela transferência da capital para Belo Horizonte no final do século XIX, essa condição se perpetuou até a primeira metade do século XX.

Em 1911, Contagem foi elevada à condição de município com o mesmo nome que atualmente possui. Nesse período, também faziam parte de Contagem os distritos de Campanha (Venda Nova), Vera Cruz e Vargem da Pantana. Contagem articulava, assim, alguns *povoados*, exercendo centralidade sobre sua população. Tal centralidade é exercida pelo núcleo urbano durante a primeira metade do século XX.

Nesse contexto, a população total de Contagem era de pouco mais de 12.000 habitantes, com menos da metade vivendo na sede do município. Classificada como uma *villa*, Contagem reunia as principais vias de circulação e articulação, sendo que o trem, que partia da *Estação de Contagem*, inaugurada em 1918, foi o único meio de transporte coletivo da população da cidade para Belo Horizonte por quase trinta anos. A *villa* também reunia os principais

equipamentos públicos. Tanto que no *croqui* que compõe esse mapa são destacados: o Correio, a Câmara Municipal, a Cadeia, o Cemitério, a Estação e o Grupo Escolar, assim como os locais de sociabilidade e da prática religiosa como a Igreja do Rosário e a Igreja Matriz de São Gonçalo. A centralidade exercida pelo centro de Contagem também se referia à vida social. Como articulava as áreas rurais e pequenos povoados do seu entorno, o centro funcionava como o local de reunião da sociabilidade e da vida política da cidade.

A religiosidade católica constituiu-se em um traço marcante na formação e no desenvolvimento do município de Contagem, ocupando ainda hoje um lugar de destaque na cidade. Essa característica pode ser percebida, dentre outras coisas, no nome do antigo Arraial, que homenageia São Gonçalo e nas práticas culturais da cidade, que além dos *Arturos*, contam com outros grupos de Folia e de Congado. Ali, o catolicismo formou uma base religiosa traduzindo um modo de ser e fornecendo o cenário ritual para os momentos fundamentais da vida. Assim, grande parte dos eventos que reuniam as pessoas era de cunho religioso, de modo que a religião definia até mesmo os ritmos da vida cotidiana, cuja temporalidade, muitas vezes, era cadenciada pelo sino da Igreja. Um dos membros da Comunidade dos *Arturos* diz: “inclusive nós tinha um ditado: relógio de pobre é na praça. Porque batia. O sino batia uma hora batia uma pancada, duas horas batia duas pancadas, três horas três pancadas.” (VIEGAS, 2014, p.103)

O século XX representou o período das maiores transformações no espaço do município. Do ponto de vista administrativo, essas transformações se iniciam com a sua emancipação, em 1911. Contudo, em 1938, Contagem se tornou distrito de Betim, perdendo sua autonomia – que foi restaurada apenas em 1948. Se, durante a primeira metade do século XX, as transformações ocorreram de uma forma mais efetiva na perspectiva administrativa, após esse período, Contagem passou por grandes metamorfoses nos mais diferentes âmbitos da vida social, em função do processo de industrialização que alcançou seu espaço. As aplicações produtivas do capital industrial com a técnica e racionalidade que o lastrearam, principalmente na segunda metade

do século XX, alcançaram profundamente a vida social e seus ritmos, redefinindo a vida urbana nessa cidade.

A partir da década de 1930, seguindo o caminho de outras cidades brasileiras, surgiu a proposta de concentração de atividades industriais mineiras em uma área específica com o objetivo de superar seu *atraso econômico*. Como resultado dessa nova orientação política, em 1941, inaugurou-se o sistema de distritos industriais que seria gradualmente construído em Minas Gerais ao longo das décadas seguintes. O primeiro deles, implantado em 1946, foi o Parque Industrial Juventino Dias, mais tarde denominado Cidade Industrial, localizado em Contagem que, a partir desse período, teve um vertiginoso crescimento urbano e econômico. Ao final dos anos 1950, a Cidade Industrial havia se transformado no maior núcleo industrial de Minas Gerais.

Nas décadas seguintes, o crescimento industrial continuou, estimulado pela criação de novos distritos e áreas industriais. Na década de 1970, houve a criação do Centro Industrial de Contagem – CINCO – também por iniciativa do setor público como o segundo grande projeto de expansão industrial em Minas Gerais. A partir daí, em torno dessa base industrial, desenvolveu-se uma extensa malha de serviços e equipamentos públicos, destacando-se a criação do entreposto das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A (CeasaMinas), em 1974, e o surgimento do Eldorado, um dos maiores centros comerciais da cidade atualmente.

Uma importante característica da urbanização é a velocidade das transformações nas fisionomias espaciais com a demolição de muitas das referências espaciais e a construção de novas em seu lugar. Nesse sentido, vários referenciais simbólicos edificadas da história da cidade foram demolidos para dar lugar ao chamado *progresso*. No período entre 1955 e 1976, grande parte do patrimônio arquitetônico da cidade foi destruído – como, por exemplo, a Capela de Nossa Senhora do Rosário. Contagem passou, assim, por um amplo processo de redefinição de seu espaço com o crescimento da industrialização, as obras de saneamento e abertura de vias, a demolição de muitas referências espaciais, a geometrização dos espaços novos, dentre

outros. Com isso, ampliaram-se também o crescimento das periferias e o aumento dos problemas relacionados à moradia. As questões suscitadas pelas novas relações de trabalho intensificaram-se, dando origem a manifestações de lutas sociais, como a greve operária ocorrida no final da década de 1960.

## **A COMUNIDADE QUILOMBOLA DOS ARTUROS NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DE CONTAGEM**

Muito se discutiu acerca das transformações ocorridas no âmbito da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado no Brasil. Esse processo, aliado à crise do campesinato diante das novas relações campo-cidade desencadeadas pela modernização, foram centrais na estruturação da denominada *modernidade brasileira*. Pode-se afirmar, em linhas gerais, que a crise do trabalho escravo engendrou o trabalho livre e, nesse processo, estão fundamentadas as grandes questões alimentadoras da subalternidade, tanto quanto as formas de sua superação na realidade urbana contemporânea.

É no contexto da transição da escravidão para o trabalho livre que se inicia a história da Comunidade dos Arturos. Retomando a narrativa *artura*:

O Camillo Silvério veio (...) parar nas Minas Gerais trabalhando em regime de escravidão nas minas e lavouras. Acabou que nesse trabalho foi beneficiado com a Lei do Sexagenário (...). Nesse período ele conheceu uma negra alforriada: Felisbina Rita Cândida e dessa união deles, ali surgiu essa raiz da árvore genealógica dos Arturos. Dessa raiz saíram seis filhos. Dentre eles se destacou Arthur Camilo Silvério. Arthur Camilo Silvério foi beneficiado pela Lei do Ventre Livre. Casou-se com Carmelinda Maria da Silva. Dessa união dos dois aí surgiram os Arturos. (VIEGAS, 2014, p.73)

Após o fim da escravidão, negros e negras brasileiros (as) se viram diante de uma grande contradição: apesar de terem a liberdade de vender sua força de trabalho, eram cativos das condições de subalternidade criadas pelo mesmo sistema que os *libertou*. Segundo Romeu Sabará (1997), com a decadência do escravismo no Brasil, as pessoas negras, abandonadas à própria sorte, deram respostas diferentes. Para esse autor, mesmo durante o

escravismo, a comunidade negra – que escapava – afluía para as vilas, como trabalhadores/as urbanos/as, ou para as fazendas como trabalhadores/as rurais assalariados/as. Contudo,

Os escravos, sem direito à própria vida, não poderiam pensar em usufruir de certas prerrogativas do campesinato, como ter terra apropriada, cedida, ou arrendada para trabalhar com a família. Sem serem donos de seu corpo, não poderiam ser donos de sua produção. E, mais ainda, o sistema escravista conspirava contra a família escrava, outra base necessária de sustentação do modo de vida camponês. (SABARÁ, 1997, p.99)

A saída para muitas pessoas negras foi o agrupamento em comunidades rurais. “Muitas dessas comunidades podem ser consideradas como desdobramentos de antigos quilombos que, não tendo sido dispersos totalmente até 13 de maio de 1888, puderam sobreviver metamorfoseadas em comunidades negras rurais.” (SABARÁ, 1997, p.105) De acordo com esse autor, houve uma expansão desse tipo de comunidade após a abolição da escravidão em Minas Gerais, dentre as quais inclui a Comunidade dos Arturos.

A Comunidade Rural Negra dos Arturos, da mesma forma que outras tantas Comunidades negras rurais e semi-rurais do Brasil, constitui uma dessas respostas do negro brasileiro – tentativa de recompor o modo de produção doméstico, centrado na parentela ou família extensa, como campesinato, conjugando a produção de subsistência com o trabalho assalariado. (SABARÁ, 1997, p.145)

Para Sabará (1997), possuir terra para plantar e construir seus laços em torno de uma família se tornaram fortes aspirações para os negros após a abolição da escravidão. Nesse sentido, a saga de Arthur Camilo é recontada entre as gerações *arturas* e essa lembrança é sempre cercada de muita emoção, presente na fala D. Induca, uma das filhas de Arthur Camilo.

Papai foi criado na fazenda do Sô Horácio. Pobre era cachorro de rico. Na fazenda de Sô Juviano Camargo ês batia. Papai tava na fazenda do padim dele Manuel Camargos, irmão do Juviano. Falô que o pai do papai morreu. O Pai foi e falou com o sô Manuel: - Padim, papai morreu. Eu vô visitar ele. Batê na boca dele pra saí sangue e num dexô. Um dia papai foi na casa da madrinha dele – dona Cota, irmã dele com o irmão do Fostino, quando a madrinha dele a Cota – achou ruim e falô: - Se ocê quisê batê em Fi, ocê vai criá procê. Ele falô que foi o padim dele. Na mesma hora ela pegô uma pena e escreveu que

ele deixasse o papai em paiz que ela ia induca ele. Ela tratou da boca dele, depois ele vortô. Deu depois uma sova nele de vara de ispin. Outro foi batê, ele iscondeu. Pusero uma cachorrada atrais dele. O cachorro passô pirtim dêle. Ele mostrô o camim pros cachorro e eles passaram na frente. Daí com seus quinze anos rapô fora. Pai do Osório muntô numa mula pelo-de-rato e foi atrais pra arrasta ele. Chegô e falô: - Artur taí?! Sô Adriano falô que tava. De quinze ano prá frente e que ele parô de sofrê e dizia: O que eu sofri ocês num há de sofrê. (VIEGAS, 2014, p.74)

Como herança desse contexto, quando a primeira geração de Arthur Camilo e Carmelinda se estabeleceu em Contagem, nos anos de 1940, suas práticas eram fundamentalmente ligadas às atividades rurais, notadamente à agricultura. Nesse sentido,

Dentro de um contexto histórico, a comunidade pode ser vista como a realização concreta da trajetória comum dos negros em Minas Gerais. Outrora, força de trabalho compulsória, arregimentada por migrações forçadas, atravessou ciclos da cana, do ouro e do café, metamorfoseando para uma forma ambígua entre camponês livre, trabalhador rural e trabalhador urbano. (SABARÁ, 1997, p.62)

As relações de trabalho que os *Arturos* procuraram estabelecer, nesse contexto, também apontavam nessa direção. Como transparece na rememoração de S. Antônio, outro filho de Arthur.

Aí, quando chegou aqui tinha engenho de fazer farinha e carreiro e tudo, as minhas irmãs veio trabalhar no engenho de fazer farinha, aí. Mas no dia de sábado, depois que elas acaba o serviço, ela arrancava daqui a pé e ia lá no Macuco. Lá no distrito de Esmeraldas, perto de Esmeraldas, levar um trocadinho, pra ajudá papai, que nós era muito irmão, as minhas irmã. [...] Meu irmão veio primeiro, aí trouxe minhas irmãs pra fazenda onde ele tava trabalhando. Aí, uma empregou aqui em Contagem, a outra, as outras ficaram trabalhando no Engenho de fazer farinha. Mas era muito difícil! (...) Papai, depois, nessa época dele tá nessa luta das meninas trabalhando aqui e tinha que levar o dinheiro sábado e voltar domingo! Tava ficando difícil. E que Geraldo, papai pegô e falou com Geraldo, ó, eu tenho aquele pedaço de pedacinho de terra lá, cê vai pra lá, faz um rancho lá, vai pra lá, aí, fica fácil! Sua família tá lá, as menina também pode ir lá pra sua casa e pode intê no meio da semana fica mais fácil, que as Abóboras é aqui mais perto, não é muito mais perto não, mas é mais perto. Aí que Geraldo fez um rancho de sapê, que chamava. (VIEGAS, 2014, p.76)

Nessa esfera, a sobrevivência era fundamentada principalmente no cultivo de subsistência e ainda prevaleciam práticas de solidariedade rural como o trabalho de mutirão. Tais relações eram permeadas pela religiosidade e

pelo imaginário comportando a dimensão cíclica de uma vida entranhada de celebrações. É desse tempo, por exemplo, a prática de importantes ritos agrários como a *Festa do Milho* ou o *João do Mato*, assim como a prática das cantigas de eito.

O João do Mato é uma Festa interna, uma Festa de parceria com os Arturos. Isso acontecia no passado, um trabalho de cooperativa, ou seja, um trabalho cooperativado que os negros se reuniam para a limpeza de suas terras, das suas roças. Então eu plantava uma quantidade de milho e feijão que eu não dava conta de cuidar. Então eu ia pra casa de meu irmão cuidar dele, daí a gente juntava e ia pra casa dum tio, e ia fazendo esse rodízio até limpar todas as roças. (VIEGAS, 2014, p.98)

Para Romeu Sabará (1997), essa Festa revela uma das formas mais comuns da organização *artura* para o trabalho nas lavouras, remetendo às antigas comunidades campesinas: o mutirão. Segundo ele, nos alvares da industrialização de Contagem, embora os *Arturos* alternassem o tempo de trabalho entre cultivar a terra da Comunidade em regime de mutirão e alugar a força de trabalho para grandes fazendeiros da redondeza, concomitantemente, já eram recrutados para serviços nas indústrias.

Contudo, este fenômeno não fez com que a produção agrícola na Comunidade desaparecesse. Ainda que não fosse uma produção para subsistência, a pecuária de pequeno porte sempre esteve presente na Comunidade. Os Arturos mantinham suas plantações e criações de gado apenas para o consumo próprio partilhado dentre os membros, porém suas demais necessidades básicas no quadro alimentar eram buscadas fora da Comunidade. (IEPHA, 2014, p. 62)

O que é confirmado pela fala de Jorge, membro da Comunidade.

Há uns trinta, quarenta anos atrás a Comunidade tinha um sistema de plantio e agropecuário que não era muito grande, mas que garantia a sustentabilidade da população da Comunidade, onde se tinham as nascentes, as terras apropriadas para o plantio, então com o crescimento da cidade e dos bairros ao entorno da Comunidade havendo assim a diminuição do cultivo a terra, quase não havendo mais plantações. Ao mesmo tempo que os Arturos ganham espaço na sociedade com tal situação, ou seja, trabalhando em empresas, se integrando na sociedade como um todo, perde-se por outro lado na questão da sua identidade cultural, como por exemplo deixando de lado o cultivo da terra uma atividade tradicional. (VIEGAS, 2014, p.108)

Nesse sentido, Sabará (1997) afirma que quando chegou à Comunidade, no final dos anos de 1960 e início de 1970:

Mais do que uma Comunidade negra, era uma Comunidade camponesa negra, sobrevivendo dentro de um município, onde se encontrava o maior complexo industrial de Minas Gerais, ou seja, Contagem. Isso representava, ao nosso ver, uma situação paradoxal de transição do tradicional para o moderno, do rural para o urbano. (SABARÁ, 1997, p.59)

Segundo Henri Lefebvre (1999), no processo de industrialização, a produção agrícola tornou-se apenas um setor da produção industrial, sendo reestruturada nos moldes desta, sob seus imperativos e exigências. Como a concentração da população acompanha a dos meios de produção, o agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem e “o tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária.” (LEFEBVRE, 2004, p.17.)

Os dados a seguir refletem uma tendência geral de crescimento populacional no Brasil, motivado pelo processo de industrialização.

**Figura 1 – Crescimento populacional em Contagem**

Ano	1831	1920	1950*	1960*	1968*	1970**	1980**	1991**	2000**	2010**
<b>População</b>	2.515	4.228	6.091	28.000	70.000	111.235	280.477	449.588	536.408	603.048

**Fonte:** VIEGAS, Maria Ivanice de Andrade, 2014, p.347.

Percebe-se que, até o início do século XX, não havia um grande crescimento da população em Contagem. Tal crescimento se amplia consideravelmente a partir do início da década de 1960, como desdobramento da industrialização que avançava no município. Contudo, no final dos anos 60 e início dos anos 1970, percebe-se o aumento acelerado da população, processo

que se estende nas décadas seguintes. A década de 1970 é considerada marco no processo de metropolização, inclusive em Belo Horizonte, quando as estruturas produtivas e a concentração populacional alcançam um ápice de crescimento.

Com a criação da Cidade Industrial, houve a concentração das atividades econômicas nela e em seu entorno, gerando um baixo crescimento do centro e das áreas próximas a ele. Segundo os dados apresentados, apesar de, em 1960, existirem 28.000 habitantes em Contagem, 21.645 estavam domiciliados no distrito censitário da Cidade Industrial, sendo que pouco mais de 10% da população residia na área central do município. Por isso, apesar do aumento da população, no período que vai dos anos de 1940 a 1970, os moradores da área central de Contagem conseguiram perpetuar a maioria de suas práticas, sem grandes alterações.

Desse modo, os efeitos da industrialização do espaço de Contagem ainda demoraram a ser sentidos pelos *Arturos*, já que o projeto de industrialização estava mais localizado na área mais próxima da Cidade Industrial e essa era uma área mais distante da Comunidade. Embora as mudanças nas fisionomias espaciais da cidade se iniciaram no final dos anos 60, por meio das demolições das espacialidades antigas, pelas informações dos próprios *Arturos*, estas só começaram a ser sentidas mais intensamente a partir do início de 1970.

“hoje emendou tudo, né? (...) Em Contagem mesmo, não tinha indústria nenhuma era só na Cidade Industrial. (...) Contagem era só mesmo fazenda.”(..)

Aqui no centro de Contagem foi depois de 72, 73 que as coisas deram um avanço (...) Contagem até os anos 70 era uma Contagem bem tranquila onde a gente brincava o carnaval na praça, nas ruas. (...) A única coisa que, às vezes, misturava com a gente na rua era uma carroça, um carro de boi, um cavalheiro, era isso. E isso era raro. Às vezes eles vinham tocando boi e a gente vinha com o Congado, mas era raro e eles tinham até o respeito também. Quando eles escutavam o Congado bater chegavam pro lado, esperavam, nós passávamos. Os bares, às vezes, fechavam as portas. (VIEGAS, 2014, p.107)

Desse modo, embora os *Arturos* tenham se mudado efetivamente para Contagem nos anos 40, quando a urbanização desse município dava seus

primeiros sinais, é importante salientar que os *Arturos* viveram sob a influência da vida urbana constituída como uma *cidade*. As festas, inclusive, datam de muitos anos anteriores à vinda definitiva dos *Arturos* para Contagem. Segundo informações do IEPHA-MG,

de 1912 até meados de 1940, o casal e seus filhos, se deslocavam da Fazenda para celebrar o Reinado/Congado de Nossa Senhora do Rosário em Contagem. Esse trânsito indica que Esmeraldas constituía-se no local de trabalho e moradia, enquanto o espaço de sociabilidade e religiosidade continuava sendo Contagem. (IEPHA-MG, 2014, p.56)

No entanto, quando a urbanização os *alcançou*, a partir dos anos 70, as mudanças que esse processo desencadeou foram sentidas de maneira muito impactante. A partir das transformações dos usos do tempo e dos espaços acarretados pela urbanização, o *João do Mato* foi um dos rituais *arturos* mais afetados. No período em que o pesquisador Romeu Sabará realizou pesquisas na Comunidade – iniciado no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, apesar de os *Arturos* se configurarem como uma Comunidade rural, as transformações implicadas pela industrialização já haviam alcançado esse ritual: “das apresentações a que assistimos ‘de 1972 a 1978’, tivemos a impressão de presenciar a decadência de uma grande festa. (...) Se tomarmos como referências as versões que nos foram dadas de antigos mutirões de capina, os atuais eram inexpressivos.” (SABARÁ, 1997, p.181)

Como diz respeito a uma atividade centrada no cotidiano rural, ao contrário dos demais rituais, sua reelaboração é dificultada cada vez mais no contexto urbano. Tanto que ele deixou de ser praticado em vários momentos – inclusive nos anos de 1970, como relata Sabará (1997):

Um dos mutirões de Primeira Capina de Milho entre os *Arturos* a que assistimos foi o 21 de dezembro de 1974. O remate da capina da roça de milho de Induca (uma das filhas solteiras de Dona Carmela) fora marcado para este dia, em um sábado. O tamanho da roça não justificava a promoção de um mutirão, porque era uma rocinha do fundo do quintal. (...) Os poucos que ali já estavam, desceram mais cedo para o fundo do quintal, dando início à formação do eito. Alguns chegaram somente ao meio-dia, depois de largarem o serviço na indústria, no comércio ou em outros lugares. Deve-se ter em mente

que, neste ano, uma boa parte dos homens já trabalhava como assalariados urbanos. (SABARÁ, 1997, p.184)

Isso demonstra que não apenas o espaço, mas o tempo já fora redefinido pela industrialização, o que também é denotado no caso de outras práticas, como os eventos fúnebres ocorridos por ocasião da morte de vizinhos e conhecidos. Bengala, em entrevista a mim concedida, lamentava o fato de não poder mais participar de tais eventos, pois, a liberação do trabalho só ocorre quando há uma vinculação direta de parentesco com o morto. No entanto, segundo ele, não era assim na cidade antiga: “podíamos largar o trabalho para ir aos eventos fúnebres, porque o patrão também ia.” (VIEGAS, 2014, p.104)

Retornando ao caso do *João do Mato*, naquele contexto, a existência concreta das roças de milho facilitava a reelaboração do ritual, ainda que o trabalho de mutirão fosse já perdendo o sentido. Contudo, o avanço da urbanização de Contagem alterou substancialmente os modos de vida dos *Arturos*, principalmente em ritos como esses. A penetração do capital industrial, ao reestruturar processos de trabalho como o organizado em mutirão, também impactou a prática de ritos agrários como o João do Mato. A retomada, ainda hoje vacilante, só foi possível por meio da incorporação de elementos urbanos que são a própria contradição a esse rito. A inexistência de roças de milho, ou outro gênero de subsistência alterou-o: “então hoje a gente faz essa tradição limpando o espaço verde que tem dentro dos Arturos que é as pastagens e os quintais” (VIEGAS, 2014, p.98).

Assim, após dez anos, somente em 2012, esse ritual voltou a ser realizado, já não pela necessidade de capina do milho, mas como um modo de ensinar aos *Arturos* mais jovens mais um aspecto da tradição dos ancestrais, e que deixou de ser uma prática referida ao modo de vida. Nesse período, que foi por mim acompanhado, a Comunidade realizou o roçado das áreas cobertas pelo mato nas proximidades da porteira da Comunidade. Assim, a função da festa foi alterada, passando a ter um caráter de preservação das suas tradições, mesmo que estas já estejam deslocadas de sua função original.

Percebe-se, além disso, a incorporação de elementos urbanos inseridos nesse rito a partir da fala de João Batista quando este demanda com *João do Mato*. Uma das sugestões da moradia para o João do Mato, por exemplo, é *ir para debaixo da ponte*, expressando a questão da moradia urbana.

A industrialização e urbanização de Contagem avançaram sobre as circularidades da vida *artura*, introduzindo novas noções de tempo, de espaço, de trabalho, de família, redefinindo as maneiras de sobrevivência e impactando a vida cotidiana. Ao avançar sobre os meios materiais da vida que lhes garantiam a sobrevivência, incorporou-os como mão-de-obra nas grandes fábricas e outros trabalhos mal-remunerados da metrópole produzida pela industrialização nascente, o que impôs a necessidade de adaptação e de reelaboração do *vivido*, provocando desestruturas no âmbito de suas práticas espaciais cotidianas. Ampliaram-se, assim, os conflitos envolvendo a propriedade da terra, a definição dos territórios, a perpetuação da tradição e a manutenção da vida coletiva.

No caso do Arturos, houve dificuldades na adaptação a essa nova situação. Segundo os Arturos:

A imagem da Comunidade é uma imagem lá do mato, não é essa imagem da cidade. Eu me lembro da primeira casa que foi colocado telhado nos Arturos, de telha francesa, nem era dessas de amianto. Era daquelas de barro batida na perna, era capim. Então era aquela luta. Nossa tá mudando a Comunidade! Depois veio o adobe e já tirou as varinhas de circulação. Depois veio o tijolo, tirou o adobe. Hoje é o concreto. Então a coisa vai mudando. Pra Comunidade mudou muito. Mudou a cara da Comunidade...(...)A propriedade lá da Comunidade no início, há alguns anos atrás, era muito tranqüila, era normal, porque os bairros vizinhos eram pequenos então não tinha essa passagem do pessoal dentro da Comunidade. Então hoje com o crescimento dos bairros Jardim Vera Cruz, Alvorada, Vila Militar e até o bairro Europa, aumentou bastante o trânsito dessas pessoas na Comunidade, que utilizam a mesma como um lugar de passagem de um bairro para o outro. Dessa forma tira um pouco a liberdade e privacidade dos membros da Comunidade. A Comunidade tem uma estrutura na construção das casas, com suas ruas pavimentadas sendo as mesmas tem um valor simbólico de pátio e terreiro dos Arturos. A liberdade é tolhida uma vez que a sociedade envolvente constituída em bairros vizinhos utilizam dessas ruas como uma simples passagem. (VIEGAS, 2014, p.108)

Nesse sentido, Sabará (1997) afirma que “não eram imigrantes rurais ‘a caminho da cidade’, mas, ao contrário, era a cidade a caminho de uma comunidade rural negra.” (SABARÁ, 1997, p.59). Nos estranhamentos surgidos a partir da urbanização, muitas vezes, os *Arturos* possuem uma concepção da nova espacialidade, a *cidade* tornada metrópole, como algo externo à Comunidade, o que fica evidenciado nas falas de Bengala e de João Batista:

A bomba estourou e nós ficamos no meio daquela fumaça. Incomoda, mas não tem como voltar. Para os Arturos a cidade é o de fora, a Comunidade é o de dentro, mas com influência da cidade grande que penetra na Comunidade.(...) A cidade penetra. São pessoas diferentes, ideias diferentes, costumes diferentes.(VIEGAS, 2014, p.109)

Essa perspectiva da *cidade*, nesse caso, a metrópole, como algo que avança na direção da Comunidade, como se esta não fosse parte da mesma, deriva, principalmente, dos estranhamentos diversos que transformam essa nova espacialidade em algo alheio. Inicialmente, não se percebia tal estranheza. Sabia-se o nome da doceira, dos lojistas. A cidade e a comunidade possuíam uma articulação muito próxima. Embora, nessa época, os *Arturos* constituíssem uma Comunidade negra rural, como ressalta Romeu Sabará, sua relação com o que era denominada a *cidade* de Contagem era visceral. Porque a *cidade era a rua*, um externo, mas articulado à Comunidade em ritmo, valores, eivados de contradições, como o preconceito e o racismo, mas um universo conhecido. Assim, a cidade reunia uma centralidade que não apagava os sentimentos de pertencer a um lugar. Por isso, se torna pertinente retomar a discussão realizada por Seabra (1999):

A todos quanto vivessem a qualquer distância mas se reconhecessem nela pertencia a cidade. A realidade da cidade sempre integrou práticas ordenadoras do tempo e do espaço fundando um forte sentimento de pertencer a uma comunidade. Que se tratasse de uma comunidade de desiguais sustentada, e até mesmo fetichizada no interior de estruturas de dominação com aparatos - rituais e fortemente hierarquizada, isto ficava obscurecido no conjunto das práticas que sustentavam referências simbólicas e operativas dos modos de ser. (SEABRA, 1999, p.)

A urbanização de Contagem trouxe consigo transformações das técnicas de produção, mudanças nas relações de trabalho, transformações nas

formas de uso do espaço, mudanças nas concepções temporais traduzidas através dos novos ritmos.

Com o crescimento de Contagem englobando os espaços da comunidade, no entanto, seus habitantes foram ingressando cada vez mais no mercado de trabalho da cidade, exercendo funções junto à Prefeitura, em fábricas, ou trabalhando como vigias, motoristas, empregadas domésticas, dentre outros serviços de baixa remuneração. As crianças e jovens, entretanto, vêm tendo mais acesso à escola do que seus pais e avós tiveram, participando também de uma gama maior de práticas sociais fora da comunidade, próprias do espaço urbano. (LUCAS, 2005, p.33)

A industrialização não só moldou as materialidades do espaço de Contagem, como também passou a definir uma outra temporalidade para a vida cotidiana dos seus moradores. Isso acabou gerando a ampliação e aprofundamento das contradições, tanto no que diz respeito à fruição das materialidades da urbanização, quanto na miséria que se abateu sobre a vida cotidiana de seus moradores, cada vez mais empobrecida de experiências.

Tempos difíceis talvez. No entanto, um tempo bom, agradável, tranqüilo. Tempo em que havia festa de congado com os negros dançando ao redor da saudosa Igreja do Rosário. Tempo de festas do Padroeiro com leilão de bezerros depois da missa cantada, apregoado, por Zé tropeiro, acompanhado da algazarra da meninada. Tempo de barraquinhas no largo e brincadeiras de roda perto da casa de Oscar de Antônio Augusto. Tempo bom aquele em que o prefeito Luís da Cunha andava a pé, examinando os problemas da cidade, dirigindo ele próprio, muitas vezes, as obras da cidade. Como era bom, havia espírito de trabalho. Não havia gabinete. Vereador naquele tempo ia para as reuniões da Câmara a pé ou montado no seu próprio cavalo. Tempo bom das procissões com ruas enfeitadas, do "footing" na pracinha depois a bênção do Santíssimo, onde simples trocas de olhares marcaram o início de novas famílias. A praça era, realmente, um ponto de encontro da família contagense. Não havia televisão naquela época. Depois, pouco a pouco, tudo isso foi acabando. Aquela Contagem de muitos carros na rua, de fumaça poluindo o ambiente, de praça vazia, de sinos que não tocam mais o "Ângelus". As festas tradicionais já não existem mais. Já não andam mais a pé por nossas ruas, bebendo café com biscoito nas casas dos amigos. As nossas tradições, pouco a pouco, vão sendo tragadas pelas chaminés das nossas indústrias. Contagem mudou. É o progresso material que avança, absorvendo tudo. Tributo muito caro, penso eu. Tudo isso é o sinal dos novos tempos. (DINIZ, 2001, p.103)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanização foi um fenômeno da modernidade que alcançou o sujeito nas filigranas de seu ser, marcando-o com suas inscrições, orientando os usos do corpo no tempo e espaço que ocupam, definindo seus territórios. Apesar do crescimento urbano do município de Contagem e de sua explosão industrial, reverberam hoje na trama de seu espaço, várias continuidades espaciais e históricas.

Todas essas mudanças autoritárias e não dialogadas nos remete pensar que, nas grandes cidades contemporâneas, epicentros da modernização capitalista do espaço, concomitantes às redes virtuais que transportam informações e propiciam interações, aos fluxos dos automóveis que encurtam distâncias, aos movimentos autômatos para o trabalho ou para as locais de diversões propiciadas pela indústria cultural, causam alienação e estranhamentos, pois circulam fluxos de outra natureza que não a comunitária, cujos movimentos cotidianos traçam outras rotas e trilhas para além do espaço e dos movimentos ritmados pelo mundo do trabalho e suas prescrições.

Para além das interações físicas e funcionais, as localidades se tornam pontos na rede de interações culturais que, no caso dos *Arturos*, são atados pela fé manifestada em suas práticas como religiosidade. Daí a importância de uma incursão mais profunda na Festa e naquilo que ela traz como resíduo e rastro de uma vida que já não mais é, mas sentido de uma nova existência que se faz presente.

Nesse sentido, embora o município de Contagem/MG faça parte de um tecido urbano contínuo por meio do qual se estabelece uma cotidianidade específica, centrada em uma lógica racional, a Festa *artura* – nos seus diferentes momentos – institui em sua área urbana uma série de interrupções e recortes: interrupção do fluxo cotidiano, constituição de novas territorialidades, surgimento de novos usos do tempo e finalidades outras para o espaço, visibilidade das contradições urbanas e seus conflitos. Porém, os resíduos da *antiga* Contagem podem ser lidos através da Comunidade dos Arturos, onde permanecem as excrescências dos ritos agrários que um dia fundamentou a vida camponesa artura: na dança das enxadas, as cantigas de oito, na celebração dos ciclos da natureza quando da colheita dos gêneros de

subsistência, nas formas de uso da terra, como espaço religare, onde se recupera a relação sagrada com o espaço.

Através da interrupção do tempo da produção a partir da instituição de uma temporalidade sagrada e da apropriação do espaço-mercadoria, da subversão de muitos dos atributos da lógica industrial, da produção criativa do espaço e de sua apropriação, da instituição de usos fundamentados no valor de uso, os *Arturos* vão se fortalecendo a cada dia. Com isso, têm sobrevivido a muitas das determinações e desestruturações da cidade contemporânea que, atravessada pela industrialização, lhes apresenta outros modelos, formas e imperativos de se viver a vida. Percebe-se, desse modo, uma recusa dos *Arturos* em abraçar as representações hegemônicas da modernidade como sentido absoluto de vida, lutando pela manutenção das tradições e pela perpetuação de legados recebidos.

Desse modo, as questões observadas na e a partir da Comunidade Quilombola dos Arturos se inscrevem em uma escala que ultrapassa o tempo e o espaço da Comunidade. Elas permitem repensar, de um modo geral, as identificações negras para além do processo que despojou os sujeitos negros das possibilidades de se expressarem livremente por meio de suas práticas socioculturais. Essa discussão permite alcançar aspectos de uma luta que extrapola o viés racial e se constitui como uma (re)existência frente aos processos desumanizadores que buscaram destituir os sujeitos da sua capacidade de sonhar, agir e (re)criar(-se) livre dos grilhões sociais que os aprisionam.

## REFERÊNCIAS

BONADA, Miguel Ponsá. **Contagem**. *Revista Por Dentro da História*, n.4, 2011, p. 10-19.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: *Contexto*, 2001.

DINIZ, José Henrique. **Pelas trilhas da vida**. Belo Horizonte: *Mazza Edições*, 2001.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: *Edições Loyola*, 2011.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. **Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos – Contagem/ MG**. Belo Horizonte, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LUCAS, Glaura. **Os sons do Rosário: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000. Perspectiva, Belo Horizonte: Mazza, 1997.

NOGUEIRA, A. M. R. **“A Construção e Apagamento de Territórios Negros”**. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, 12(34), 157–181. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1135>, 2020

SABARÁ, Romeu. **A comunidade negra dos Arturos: o drama de um campesinato negro no Brasil**. (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências Sociais e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **De cidade à metrópole**. *Revista Geografares*, nº9, p.49-79, jul./Dez., 2011.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Urbanização e Fragmentação: a natureza natural do mundo**. *Revista do Departamento de Geografia Ufes*, Vitória - ES, v. 1, n. 1, 2000, p. 73-78.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Urbanização e Fragmentação: apontamentos para estudo do Bairro e da memória urbana**. In: IV Encontro Nacional de Geografia Urbana, 1999, Presidente Prudente. *Anais do IV Encontro Nacional de Geografia Urbana*. Presidente Prudente: UNESP, 1999. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/>>\_Acesso em 19/04/2022.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão**. (Tese de livre-docência em Geografia urbana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

VIEGAS, Maria Ivanice de Andrade. **O enigma do rosário: os mistérios da (r)existência nas correntezas da urbanização.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belo Horizonte, 2014. 398f.